V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LITON LANES PILAU SOBRINHO

HERON JOSÉ DE SANTANA GORDILHO

FRANCISCO DE LEÓN LUZARDO

Copyright © 2016 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D598
Direito, economia e desenvolvimento sustentável [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UdelaR/ Unisinos/URI/UFSM /Univali/UPF/FURG;

Coordenadores: Francisco de León Luzardo, Heron José de Santana Gordilho, Liton Lanes Pilau Sobrinho – Florianópolis: CONPEDI, 2016

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-247-7
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Instituciones y desarrollo en la hora actual de América Latina

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Interncionais. 2. Direito. 3. Economia. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Encontro Internacional do CONPEDI (5. : 2016 : Montevidéu, URU).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br



Universidad de la República
Montevideo – Uruguay
www.fder.edu.uy

V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Apresentação

As transformações ocorridas na economia mundial têm forte impacto na sociedade, onde o foco para o desenvolvimento sustentável passa a ser o homem e não a natureza. Nesse sentido, as dimensões do desenvolvimento sustentável são a econômica, a social e a ambiental. Na atualidade, o mercado está organizado transnacionalmente, porém o sistema jurídico não alcança este status, ficando sob grande influência do mercado, principalmente mercados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Deve modo, demostrasse a vulnerabilidade dessas economias e as consequências nefastas sobre estes paises. Assim, a tecnologia entra como um elemento revolucionário, que pode trazer um equilibrio para o desenvolvimento e para a proteção ambiental, desde que cuidadosamente utilizada. Os textos elencados trazem uma discussão acerca dos dilemas que vivenciamos na atualidade, alertando sobre as consequências que teremos em uma sociedade de risco.

Este volume se inicia com o artigo denominado:

POSIBLES VINCULACIONES ENTRE DERECHO Y ECONOM.A EN EL SECTOR LÁCTEO URUGUAYO

Do Professor, Francisco de Le.n Luzardo, da Faculdade de Direito da Universidad de la Republica de Uruguay, que analisa as normas jurídicas , a estrutura da propriedade, o monopólio e a eficiência no setor lácteo uruguaio.

A REPRESS.O CONTRA O ABUSO DO PODER ECON.MICO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA COM O ENFOQUE NO COMBATE AOS CARTEIS

Dos professores,Paulo Marcio Reis Santos, Antonio Marcos Nohmi, professores da FUMEC, que, analisam a importância do Tribunal de Justiça da União Europeia no combate aos carteis.

A TEORIA DO PATRIM.NIO M.NIMO VERSUS O SUPERENDIVIDAMENTO: ANÁLISE JURÍDICO ECONÔMICA SOBRE O ACESSO A BENS E A SERVIÇOS NO MERCADO

É uma coautoria de Ivan Guimarães Pompeu, doutorando da UFMG e Renata Guimarães Pompeu, professora Doutora da UFMG e analisa o consumo de bens e a tensão entre a teoria do Patrimônio Mínimo e o realidade do superendividamento.

A TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO PARA A ECONOMIA VERDE.

É uma coautoria de Maria Virgínia Faro Eloy Dund, doutoranda em direito pela UNICAP e Arthur Felipe Costa Ferreira Neri, professor da DEVRY e do IESP, analisam, no artigo, a a utilização da tributação ambiental e contribuição desse instrumento para a proteção do meio ambietne no Brasil.

AS AGÊNCIAS REGULADORAS COMO TIPO IDEAL WEBERIANO

O Professor Doutor Oksandro Osdival Gonçalves, Coordenador do Programa de Pós-graduação da PUC/PR, juntamente com José Maria Ramos, doutorando na PUC/PR, apresentam o artigo, que, sob a ótica do tipo ideal weberiano, analisa as alterações no papel do Estado no processo de intervenção no domínio econômico, a partir da institucionalização das agencias reguladoras.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: A PERCEPÇÃO POPULAR DE SUAS NUANCES JUS ECONOMICAS

Os professores, Diogo Rafael de Arruda, professor da Faculdade JK no Distrito Federal, e Benjamin Miranda Tabak, Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Brasília. apresentam o artigo , que analisa as repercussões juseconômicas da Contribuição de Melhoria.

EL CUPO DE RESERVA AMBIENTAL Y LOS MERCADOS VERDES COMO ALTERNATIVA SOSTENIBLE A LA PRODUCCIÓN EXTENSIVA DE GANADO

O artigo em que Heron José de Santana Gordilho, coordenador do PPGD/UFBA, juntamente com Raissa Pimentel Silva, doutoranda em direito no PPGD/UFBA, examinam a cota de reserva ambiental como alternativa à pecuária extensiva e instrumento econômico de incentivo da conservação das florestas, com vistas à redução das emissões de Gases de Efeito Estufa.

DESENVOLVENDO CIDADE EDUCADORA E SUSTENTÁVEL: EDUCOMUNICÃO SOCIOAMBIENTAL E O CONSUMO RESPONSAVEL DOS ALIMENTOS

Aparecida Luzia Alzira Zuin, Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonia (UNIR), em coautoria com Sebastião Pinto, Professor Doutor da Universidade Federal de Rondonia (UNIR), analisam, em uma perspectiva interdisciplinar entre Direito, Educação, Comunicação e Economia, o desenvolvimento sustentável e a produção e do consumo sustentável dos alimentos, à luz da Lei Orgânica da Segurança Alimentar (Lei Federal n. 11.345/2006).

DESENVOLVIMENTO CONTRA POBREZA E DESIGUALDADE: REFLEXÕES A LUZ DOS ENSINAMENTOS DE AMARTYA SEN

Emília Paranhos Santos Marcelino, Professora da Universidade Federal de Campina Grande /PB, juntamente com Erica Veloso Magalhães, mestranda pelo Centro Universitário de Joào Pessoa (UNIPE), , que analisa o desenvolvimento econômico brasileiro, a partir dos índices trazidos pela CEPAL, as metas estabelecidas pela OXFAM e os ensinamentos de Amatya Sen.

MATRIZ INSTITUCIONAL E SUAS IMPLICA..ES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES

De autoria do Prof.Liton Lanes Pilau Sobrinho

Professor dos cursos de Mestrado e Doutorado no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Direito da Universidade de Passo Fundo e a Professora Thami Covatti Piaia

Professora na graduação e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, mestrado e doutorado em Direito da URI - Santo Ângelo/RS.

O artigo tem como objetivo analisar questões relacionadas as instituições, organizações, arquitetura da rede, cidadania insurgente e os direitos do cidadão usuário cosumidor e suas transformações na sociedade de consumo no Brasil.

POPULISMO TARIFARIO BRASILEIRO E DESENVOLVIMENTISMO REINVENTADO

Carlos Augusto Dos Santos Nascimento Martins, Sandra Mara Maciel de Lima

De que forma a matriz econômica de caráter populista desenvolvimentista afeta o crescimento orgânico das economias Latino Americanas.

* Proposta: Abordar as políticas econômicas baseadas na ideologia populista com a adoção do conceito de estado passível.

POLÍTICA ECONÔMICA E INTERVENÇÃO ESTATAL: ALGUMAS VARIÁVEIS DA TEORÍTICA DO DIREITO ECONÔMICO COMO INSTRUMENTO FACTÍVEL DO DESENVOLVIMENTO

Autores: Felipe Guimarães de Oliveira e Ana Elizabeth Reymão.

O trabalho se propões a investigar se a teoria do Direito Econômico pode fornecer mecanismos capazes de revestir a tomada de decisão do Estado por meio de políticas econômicas favorecebdo o desenvolvimento nacional justo e equilibrado.

ENERGIAS RENOVÁVEIS, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA OS PAÍSES EMERGENTES.

De autoria da Profª. Patrícia Aguiar: Especialista em Direito Público; Profª. de Direito Administrativo e Previdenciário da Faculdade de Salvará; Mestranda em Direito Ambiental na Escola Superior Dom Heder Câmara da Linha de Pesquisa de Direito Ambienteal e Desenvolvimento Sustentável e Prof. Sébastien Kiwonghi Bizawu: Mestre e Doutor em Direito Internacional pela PUCMG; Prof. De Direito Internacional Público e Privado na Escola Superior Dom Helder Câmara; Prof. De Metodologia de Pesquisa no Curso de Mestrado Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Escola Dom Helder Câmara. OArtigo: Energias Renováveis e Desenvolvimento Sustentável: Desafios e Perspectivas para os Países Emergente.

Objetivo: Comprovar a modificação do mapa de investimentos nas fontes de energia renovável, com o deslocamento dos países desenvolvidos para as nações emergentes.

PROGRAMA “COMPLIANCE” SOCIOAMBIENTAL PELAS EMPRESAS BRASILEIRAS: POSSIBILIDADE JURÍDICA DESTE INSTRUMENTO PARA EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE PELO CAPITALISMO HUMANISTA.

De coautoria de Anderson Nogueira Oliveira, Doutorando em Direito Econômico da PUC-SP e Tiago Antunes Rezende, Mestrando em Direito pela UNINOVE. O trabalho analisa a visão fraterna do Welfare State aplicada ao Direito Econômico. Assim, denominamos capitalismo humanista como a efetivação da Tripé da sustentabilidade pelo mercado empresarial. Diante disso, como solução jurídica apresenta-se os programas compliance de caráter ambiental e social como uma consciência socioambiental das empresas.

INCENTÍVOS FISCAIS PARA PRODUTOS NANOTECNOLÓGICOS E A PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR SOB A PERSPECTIVA DO SOCIOAMBIENTALISMO

De coautoria de Rudinei José Ortigara: Mestrando em Direito Socioambiental e Sustentabilidade pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. PUC/PR; Prof. Na FAE Centro Universitário, em Curitiba/ Paraná.

Antônio Carlos Efing: Doutor e Prof. Do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC /PR. O desenvolvimento nanotecnológico é visto como estratégico para vários agentes econômicos e para vários países. Neste sentido, o Brasil, a partir da década de 2000, elencou dentro da política de desenvolvimento nacional, o incentivo tecnológico potencializador do desenvolvimento. Dentro da questão tecnológica está a questão de desenvolvimento de nanotecnologias. Neste sentido, o Estado buscou desenvolver incentivos nesta área, a exemplo da Lei 10.973/2004. O objetivo do artigo é analisar as consequências dos incentivos fiscais para produtos nanotecnológios no desenvolvimento sustentável e socioambiental. Destaca-se que os incentivos deverão ser concedidos somente se forem potencializadores da proteção de valores constitucionais, a exemplo da proteção ambietal e sobretudo, do consumidor que é naturalmente o mais vulnerável no mercado de consumo.

Boa Leitura!

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UNIVALI

Prof. Francisco de Léon Luzardo - UDELAR

POPULISMO TARIFARIO BRASILEIRO E DESENVOLVIMENTISMO REINVENTADO

POPULISM TARIFF BRAZILIAN AND DEVELOPMENTALISM REINVENTED

Carlos Augusto Dos Santos Nascimento Martins [1]
Sandra Mara Maciel de Lima

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a política econômico-tarifária brasileira, a nova matriz econômica baseada nas configurações desenvolvimentistas e as intervenções governamentais sobre as políticas de Estado no setor econômico. Busca a pesquisa apresentar panorama sobre a eventual utilização do controle tarifário como forma de fomentar avanços sociais.

Palavras-chave: Atividade econômica, Constituição, Políticas públicas, Política de estado, Controle tarifário, Fomento

Abstract/Resumen/Résumé

This academic research aims to analyze the Brazilian economic and tariff policy, the new economic matrix based on developmental settings and government intervention on the state policies in the economic sector . Search research present overview of the possible use of rate control as a way of promoting social progress

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Economic activity, Constitution, Public policy, Rule of policy, Tariff controls, Promotion

[1] Formado em Historia - UEPR; lato sensu - Historia. Formado em Direito - Unicuritiba lato sensu - Escola MP-PR ; Mestrando em Direito empresarial - turma 2015/2017.

INTRODUÇÃO

Foi o início do ano de 2013, precisamente em 23 de janeiro daquele ano que a Chefe do Poder Executivo fez vincular pronunciamento em rede de radio e televisão para todo o território nacional, dando conta sobre a diminuição das tarifas de energia elétrica em 18% para o consumidor domestico e até 32% para indústria, agricultura, comercio e serviços. Com grande entusiasmo afirmava que a redução de tarifa fazia parte da política de governo voltada a baixar custos, ampliar investimentos, aumentar o emprego e garantir mais crescimento para o País e bem estar para os brasileiros.

Ocorre que já em 2014 houve a necessidade de reajustar as tarifas para patamares próximos a realidade do mercado interno e mundial. O Governo Federal achou por bem culpar a ausência de chuvas e a inevitável necessidade da utilização de usinas termoelétricas, cujos custos de operação são significativamente superiores aos de geração hidroelétrica.

Caso estivéssemos falando da gestão de uma grande empresa, poderíamos afirmar sem qualquer risco de engano que houve falha no planejamento, uma vez que as informações necessárias para a elaboração de modelos de padrão, simulações e toda forma de projeção do futuro próximo já estavam disponíveis entre os anos de 2012 e 2013, época em que a medida de redução de tarifa foi gestada e executada. Não se pode alegar ignorar os efeitos das mudanças climáticas, alterações nos regimes hídricos decorrentes dos efeitos de aquecimento das águas do Oceano Pacifico e Atlântico Sul. Aceitar tal argumento no contexto da administração privada representaria atestar a incompetência dos gestores, fato que inevitavelmente resultaria na dança de Salomé com a deposição dos dirigentes que aceitaram o risco e falharam na gestão do empreendimento.

Todavia, o contexto é outro dado que tratamos do Poder Executivo do Brasil, País de colossal riqueza e hoje reconhecido como um dos principais atores da economia emergente. Do aparente descalabro na gestão do episodio envolvendo a redução das tarifas de energia elétrica para sua posterior elevação revela-se conteúdo político partidário, como preferiu afirmar a Senhora Presidente da República em seu discurso à nação em janeiro de 2013, trata-se de política de governo e não do Estado brasileiro. Há no caso da redução de tarifas de luz claros contornos populistas voltados ao pleito eleitoral majoritário de 2014, no qual se sagrou vencedora a candidata à reeleição do Partido dos Trabalhadores.

Práticas de populismo tarifário dirigista também foram sentidas no setor de

combustíveis. A manutenção do preço dos hidrocarbonetos naturais e derivados em níveis absolutamente inadequadas a realidade do mercado brasileiro em relação ao preço da commodity no mercado internacional, vez com que a principal empresa nacional com participação majoritária da União experimentasse prejuízos significativos, inviabilizado investimentos e pondo em risco a gestão da instituição em razão da constante ingerência política nos negócios da empresa.

A manutenção ficta do preço dos combustíveis em patamar inferior a realidade do mercado e a diminuição das tarifas de energia elétrica traduz uma visão de gestão da res pública voltada à consecução de objetos rápidos e não sustentados no longo prazo. Fez o Governo Federal jogar dados com a economia enquanto esperava que o modelo desenvolvimentista promovesse a solução de todos os problemas sociais do Brasil.

Esta pesquisa tem o proposito de investigar o modelo de intervenção no domínio econômico aplicado desde os anos 1970, com especial atenção as políticas de governo implementadas pelos Governos que sucederam a estabilização democrática após o advento da Constituição Federal de 1988. Em nosso caminho analisaremos a matriz econômica atual, o já mencionado modelo desenvolvimentista e o modelo do nacional estatismo.

As questões apresentadas nos parágrafos anteriores merecem reflexão mais aprofundada, cognição exauriente a qual nos propomos a realizar com esta pesquisa. O artigo encontra supedâneo na bibliografia contemporânea através de diferentes escolas do Direito, da Economia, sociologia jurídica, da filosofia do direito entras áreas das ciências sociais. O Estudo será realizado não só junto às ciências jurídicas para além dela considerando as diversas possibilidades epistemológicas. O artigo tem sua estrutura básica formada por considerações iniciais, o estudo dos modelos econômicos e respectivas escolas afiliadas, reflexos nas políticas econômicas na economia Latino Americana, A intervenção no domínio econômico e seu necessário equilíbrio com a livre iniciativa, por fim as considerações finais.

NACIONAL-ESTATISMO REINVENTADO.

Estados sem tradição democrática como regra apresentam terreno fértil ao surgimento de modelos de controle e poder em que o valor máximo da liberdade de manifestação política, cuja expressão que melhor se aproxima do ideal perseguido é a democracia. Um estudo da história da opinião e uma preliminar necessária para a emancipação da mente (Keynes apud

Lal, 1987: 1). Para compreensão do dirigismo populista Latino Americano, no especial caso brasileiro necessário se faz percorrer os caminhos da formação do Estado brasileiro. Quando colônia da coroa portuguesa ao Brasil foi imposta a condição de fornecedor de matéria prima, viveres e minerais raros. Tratava-se de modelo de exploração, diverso daquele existente na América do Norte, cujo modelo foi de povoamento. Séculos depois podemos perceber que a diferença de tratamento entre exploração e povoamento foi se não determinante em razão da existência de outros fatores, preponderante para o estado de coisas que hoje vivemos no Brasil.

Entre o julgo português, passando pela monarquia de Pedro II até a primeira República dos Marechais em 1889 foram mais de 350 anos de dominação por forças que não valoravam adequadamente o conceito de liberdade de opinião, pluralidade e democracia. Enquanto a Inglaterra experimentou a Revolução Gloriosa em 1688, Os Colonos Americanos sua Independência em 1776 e a França a Revolução Francesa de 1789, o Brasil nutria a experiência colônia e a monarquia que embora tenha na figura de Pedro II um monarca considerado esclarecido, não trouxe a necessária luz aos fundamentos da futura República. Mesmo com o primeiro Golpe militar dos marechais que nos deu a República não conhecemos o direito a opinião, da pluralidade política e da democracia, dado que o Brasil saiu de uma monarquia esclarecida para as mãos de militares que com mãos de ferro e chicotes em punho fizeram da primeira república um mero simulacro de liberdade. Mesmo com os governos das oligarquias civis que se sucederam no poder não teve o bravo povo Brasileiro acesso ao grau de civilidade e amadurecimento democrático necessário para garantir-lhe gerações futuras livres de ditadores e populistas.

Para Laurentino Gomes o novo sistema era muito semelhante ao dos velhos tempos da Monarquia. Em vez de um imperador vitalício, governava o país um presidente da República eleito ou reeleito a cada quatro anos, mas a diferença era apenas nominal e de aparência. Os agentes mudavam de nome, mas os papeis permaneciam os mesmos. No ugar da antiga aristocracia escravagista do açúcar e do café figuravam os grandes fazendeiros do oeste paulista e de Minas Gerais. Onde antes havia barões e viscondes, entravam os caciques políticos locais, muitos deles, curiosamente, antigos coronéis da Guarda Nacional, dando origem à expressão “coronelismo”. Na pratica a República brasileira, para se viabilizar, teve de vestir a mascara da Monarquia. Observou Raymundo Faoro que A República depois de dez anos de tropeços, descarta-se como o império do mais sedioso e anárquico de seus

componentes: o povo. (GOMES, 2013:379).

O nacional estatismo brasileiro deita raízes profundas em nossa tradição de dominação por lideranças totalitárias, imperadores, marechais, coronéis e Presidentes populistas como Getúlio Vargas e outros de registro na historia recente, escreveram grande parte da história brasileira. No período do primeiro governo de Getúlio Vargas, o Brasil experimentou a consolidação de avanços sociais que segundo Manoel Gonçalves Ferreira Filho foram influenciados pela Constituição de Weimar, considerando o texto da Constituição brasileira de 1934. Uma maior participação do Estado na economia procurando impulsionar o crescimento também remete ao período Vargas em simetria ao *New Deal* de Franklin Roosevelt (Filho, Revista TRF4, 2013:66).

O nacional estatismo atravessou governos e gerações, se não se fez presente na forma clássica populista durante o período militar, deixou lições seguidas em grande parte pelos governos dos generais entre 1964 até a abertura democrática em 1985. Foi o período denominado nacional desenvolvimentista em que não houve ruptura com as balizas totalitárias do passado uma vez que para os militares não havia que se falar em democracia, dado que não consideram a vontade da população digna de crédito.

As professoras Lilian Schwarcz e Heloisa Starling concordam que fracasso dos militares na tentativa de superar a ditadura para institucionalizar uma ordem autoritária ocorreu por varias razões. A mais evidente e para esta pesquisa diz respeito à perda do trunfo da economia. No final do governo do general Geisel, o Brasil possuía um dos maiores e mais bem integrados complexos indústrias entre os países periféricos, mas sofria o choque do aumento dos preços do petróleo e de sua comprida fila de consequências: crescimento lento nas exportações, aceleração nas taxas de juros internacionais, aumento da divida externa. A inflação seguiu ascendente, chegou a 211% ao ano em 1983, 223% em 1984, no final do governo do general Figueiredo, e bateu forte no bolso e no cotidiano do trabalhador e da classe média assalariada: descontrole nos preços, contas públicas deterioradas, recessão e desemprego (Starling e Schwarcz apud Luna e Klein, 2015: 471).

Há singular importância em registrar o fracasso dos militares na gestão da economia, dado que a historia recente do Brasil cobra uma divida contraída no passado. É dizer que os governos populistas que obtiveram projeção nas últimas décadas o fizeram encontrando fundamento em uma retórica fazia de fundamentos reais, que tem por forma negar deliberadamente a origem do passivo social e econômico que impediu o Brasil de avançar

com a fluidez desejada quando do advento da nova ordem constitucional instalada a partir de 1988, notadamente na década de 1990.

Para Boris Fausto mesmo com a nova ordem constitucional e a transição democrática o Brasil ao contrário de outros Estados que sofreram com as mazelas das ditaduras no século XX como o caso da Espanha, não tivemos aqui a condição de afastar os quadros políticos ligados aos militares e a tradição pouco democrática, em linhas gerais, ocorreu à permanência na política e em postos do governo de figuras de destaque durante o regime autoritário. (Fausto,1997:526).

O professor Paulo Cesar Milone anota que o Plano Real representou a maior mudança recente no setor externo da economia brasileira dado que permitiu o controle da balança de pagamentos, a inserção internacional do Brasil permitindo entrada de investimentos estrangeiros, mudanças na estrutura de produção como consequência da abertura e da estabilização da moeda, controle ou ao menos diminuição do chamado "custo Brasil". (Milone, 2002:498). Ora! O nacional estatismo reinventado tem por habito negligenciar a história do Brasil descrita linhas acima, faz crer que o Brasil começou ou foi inventado quando chegaram ao poder na ultima década.

A NOVA MATRIZ ECONOMICA DESENVOLVIMENTISTA

No Brasil os governos com identidade nacional estatista adotaram como matriz econômica o desenvolvimentismo, influenciado pela doutrina Keynesiana ou sua particular compreensão dela (Lal,1987:8), para a qual o Estado deve intervir na atividade econômica com o propósito de promover o desenvolvimento nacional.

Para o professor Juarez Alexandre Baldini Rizzieri a intervenção do Estado no domínio econômico tem lugar para corrigir as imperfeições na concorrência dos mercados com poucos produtores, monopólio ou oligopólio e sindicatos, que transformam os mercados impessoais em pessoas para deles tirar vantagens econômicas, pela cobrança de preços muito acima dos custos de produção. Além de efeitos externos não internalizados pelo mercado como o custo da poluição das fabricas na vida das famílias ou o custo das estradas publicas, por usuários que não são virtuais pagadores, porque essas são construídas com tributos em geral. As imperfeições de concorrência levam a má distribuição de renda e de bem-estar, e

somente a atuação do Estado pode corrigir, regulamentando a ação dos oligopólios ou investindo nas áreas sociais para reduzir os focos de pobreza. Muitas vezes a presença do Estado na economia se da através de empresa estatais, produzindo o que o setor privado poderia fazer, mas não o faz por falta de capital ou por medidas de segurança nacional ou mero nacionalismo politico. Assim a intervenção do Estado na economia multiplica-se e vai além das suas funções convencionais de educação, saúde, infraestrutura (Rizzieri, 2002: 22).

Marco Antonio Sandoval Vasconcelos afirma que a necessidade da atuação econômica do setor público prende-se a constatação de que o sistema de mercado não consegue cumprir adequadamente algumas tarefas ou funções. Existem alguns bens que o mercado não consegue fornecer (bens públicos) e, por outro lado, existem externalidades associadas ao consumo ou produção de alguns bens e serviços. Logo, a presença do Estado é necessária (é a função alocativa). O sistema de mercado não leva a uma justa distribuição de renda, sendo necessária a intervenção do Estado (função distributiva). Finalmente, a economia de mercado não consegue autorregular-se, sendo necessária função estabilizadora do Estado. (Vansconcelos, 2011: 410).

É possível crer que uma teoria puramente desenvolvimentista com grande participação do governo aos moldes keynesianos seria viável no plano ideal de um Estado pouco endividado, cujos compromissos fixos não comprometessem significativa parcela da sua arrecadação. Falar em desenvolvimentismo a partir de um Estado em que a economia é absolutamente cambaleante, justamente em razão de desmedidos gastos públicos como a distribuição de renda sem lastro apropriado. Gastos extravagantes e imprudentes com uma improdutiva redução de impostos para setores favorecidos da economia elevando o déficit fiscal de 2% em 2010 para 10% em 2015 (The Economist, 2016). Parece-nos de todo irresponsável, próprio de uma visão imediatista e populista da coisa publica. Oportuno dizer que não se esta aqui negando a importância de políticas públicas afirmativas. Todavia, há que se ter responsabilidade com a gestão do dinheiro público bem como não fazer de tais políticas ativo eleitoral com vistas a sustentar um projeto menor de poder capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores.

O LIBERALISMO REFORMADOR

Em oposição ao pensamento intervencionista cuja matriz no século XX pode ser atribuída a John Maynard Keynes, surge nos Estados Unidos, precisamente no departamento de Economia da Universidade de Chicago, um conjunto de professores que defendiam grosso modo o liberalismo econômico. Um dos seus principais expoentes sem qualquer duvida foi o Nobel de Economia Milton Friedman. Não se ignora a existência de outras escolas da economia como a Austríaca ou os modelos adotados pelos países de matriz socialista. Todavia para os fins a que nos dispomos é a visão da escola de Chicago que melhor poderá explicar os fenômenos da economia ocorridos no Brasil, notadamente nos últimos 40 anos.

A formação da doutrina econômica estimulada pelos ensinamentos da acadêmica de economia da Universidade de Chicago influenciou vários pensadores do Estado contemporâneo que por sua vez serviram aos mais variados propósitos, desde governos ditatoriais da América do sul até o grande Império Britânico. Desde a Ditatura de Augusto Pinochet, no Chile, as liberdades de mercado nos Estados Unidos de Ronald Reagan e desestatização na Inglaterra da Primeira Ministra Margaret Thatcher. Modelos traumáticos em suas raízes ou gênese da implantação, mas bem sucedidos no decorrer das décadas, notadamente após 1990, justamente o período em que as grandes nações da periferia abriram-se, em maior ou menor medida, à logica dos mercados globais (Dupas, 2007:8).

O Brasil buscou a implementar algo próximo aos ensinamentos da Escola de Chicago, ainda que de forma tardia durante as décadas de 90 e 2000. Houve aqui o que jocosamente podemos chamar de implementação “a brasileira”, com vícios e lacunas até hoje perceptíveis, notadamente quanto à ausência de políticas públicas e afetividade das agências reguladoras criadas para a fiscalização da atividade privada e na política de defesa da ordem econômica.

Entre 1994 e 2002 o Brasil foi governado por uma coalisão de partidos liderados pelas siglas liberais e sociais democratas. Em um país cuja as ideologias politico partidárias não são levadas a séria, dizer que as reformas desestatizantes do período conhecido como FHC foram implementaras por partidos sociais democráticas pode até parecer equivocado. Dado que se de um lado conseguiram estabilizar a economia após décadas de desequilíbrios fiscais, inflação degenerativa e riscos a democracia de toda ordem, não tiveram êxito em avançar em temas sociais, fazendo cumprir a ordem emanada da Constituição Federal. As razões que levaram a pouca efetividade em temas sociais tem relação com a própria historia do Brasil, bem como

com a orientação liberalizante adotada pelo plano de governo aparentemente apartado de uma visão de Estado social.

Celso Antonio Bandeira de Melo assume posição antagônica ao liberalismo dado que entende que a aplicação pura e simples de modelos utilizados nos países centrais aos países periféricos tendem a distorções em prejuízo a sociedade – "Compreende-se que pessoas alheias ao meio jurídico e ignorantes das bases em que se assenta a República defendem a aplicação em nosso Direito de lineamentos e instituições típicos do neoliberalismo, supondo que aquilo que é proposto como bom pela propaganda externa – e que certamente o é para os interesses dos países cêntricos, de suas multinacionais, e para a especulação financeira internacional – é bom para o Brasil, e deve ser de imediato aqui aplicado, como o fez com incontido entusiasmo o Governo que assolou o País entre janeiro de 1995 e final de 2002. Já as pessoas do meio jurídico, ao defenderam, como se possíveis fossem ao lume do nosso Direito, posições antitéticas a tudo o que consta na Constituição, e não apenas no que diz respeito a questões relacionadas com a ordem econômica, deixam a mostra um humilhante servilismo mental, típico dos povos subdesenvolvidos, que orgulhosamente exibem, na crença de que são modernos, de que estão *up to date* com o que é difundido pelos países cêntricos, notadamente Estados Unidos, a partir de ideias gestadas, grande parte delas, na Inglaterra durante o período da Sra. Tatcher. Chega a ser grotesca a tentativa que alguns fazem – convictos de que assim se revelam evoluídos e atualizados – de assimilar nosso Direito a modelos plenamente compatíveis com as ordens constitucionais alienígenas, mas inteiramente inadaptados à nossa" (Mello, 2008: 781).

Gilberto Dupas acredita que o ciclo de reformas neoliberais que acelerou a integração das grandes economias da periferia do capitalismo ao mercado global, iniciado durante as ultimas duas décadas no século passado, parece encerrado. Com raras exceções, ele conduziu a impasses na condição de gerar crescimento econômico autossustentado na maioria dos grandes países da periferia do capitalismo mundial. As profundas reformas estruturais induzidas pelo discurso hegemônico – abertura, privatização e exposição à concorrência internacional – levaram a uma piora na qualidade dos empregos e na deterioração da distribuição de renda. Exceções importantes a essa regra foram China, Índia e Coreias do Sul, justamente onde políticas de desenvolvimento puderam ser implementatas. Em geral, A abdicação de um projeto de desenvolvimento que fosse além dos objetivos gerais das políticas neoliberais parece ter sido um dos maiores empecilhos para que vários dos países periféricos

pudessem obter vantagens da inserção global que se contrapuseram a seu lado perverso. (Dupas, 2008:187).

O nacional estatismo reinventado da ultima década e meia nega os avanços conquistados pelas reformas desestatizantes do período 1994-2002 e ainda atribui todo estado de descalabro social do país aos chamados neoliberais que estiveram no governo durante o período FHC. Acreditam quem o desenvolvimento brasileiro foi inventado com o novo modelo econômico ou nova matriz como preferem outros, baseado no já citado endividamento sem lastro do Estado, com vistas a políticas públicas de redistribuição de renda, irresponsabilidade fiscal e populismo tarifário, este último praticado para garantir aparência de estabilidade econômica tendo como fim último a manutenção do projeto de poder capitaneado pelo partido hegemônico até as eleições presidenciais de 2014.

Claro esta que uma das razões fundamentais para o desempenho econômico razoável do governo Lula foi à boa reação do Brasil ao *boom* do mercado internacional de commodities, puxado principalmente pelo crescimento excepcional da China, e secundado pelo da India. A espetacular recuperação da dinâmica externa da economia brasileira, que fez duplicar as exportações anualizadas de US$ 62 bilhões em janeiro de 2003 para US$ 129 bilhões em dezembro de 2006 (Dupas, 2008:14).

Não fosse por este período de glorias pírricas não teria o populismo brasileiro condições ideias de discriminar para a grande massa uma versão fantasiosa sobre os caminhos que levaram o Brasil até as conquistas sociais experimentadas na ultima década.

O FRACASSO DO MODELO ECONOMICO DESENVOLVIMENTISTA

O modelo desenvolvimentista implementado pela política de governo inaugurada desde a chegada ao poder da coalisão liderada pelo Partido dos Trabalhadores, teve como norte o combate aos efeitos negativos da globalização e do neoliberalismo provocados segundo curto entendimento de alguns pelo frente social democrata que esteve no comando do poder executivo entre 1994 e 2002. Para Boaventura de Sousa as implicações das exigências neoliberais junto às economias nacionais podem ser resumidas nas seguintes orientações ou exigências: as economias nacionais devem abrir-se ao mercado mundial e os preços domésticos devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais; deve ser dada prioridade a economia de exportação; as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas

para a redução da inflação e da divida pública e para a vigilância sobre a balança de pagamentos; os direitos de propriedade privada devem ser claros e invioláveis; o sector empresarial do Estado deve ser privatizado; a tomada de decisão privada, apoiada por preços estáveis, deve ditar os padrões nacionais de especialização; a mobilidade dos recursos, dos investimentos e dos lucros; a regulação estatal da economia deve ser mínima; deve reduzir-se o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando a sua universalidade, e transformando-as em meras medidas compensatórias em relação aos estratos sociais inequivocamente vulnerabilizados pela atuação do mercado (Stalling apud Santos, 2002: 30).

Como objetivo de reverter os efeitos da tendência neoliberal da política econômica brasileira, buscou-se implementar uma nova matriz econômica baseada na maior participação do Estado com vistas ao desenvolvimento nacional e social. Contudo, o modelo implementado qual teve como marca o aparelhamento do Estado, contaminando empresas públicas e estabelecendo o que posteriormente veio a se demonstrar equivocada e populista política tarifária de controle fictício dos preços administrados como energia elétrica e combustíveis e derivados, apresentou suas primeiras fissuras quando já na segunda gestão do Presidente Lula. A manutenção do ministro da economia Guido Mantega teve como proposito demonstrar ao mercado que a economia estava bem ancorada, segura e em condições de promover terreno fértil aos investimentos estrangeiros. Como forma de segurar os desequilíbrios na economia decorrentes da elevação orgânica do preço de commodities como o petróleo e a necessidade de adequação de tarifas públicas, notadamente aquelas relacionadas ao setor produtivo, apelou para a intervenção na atividade econômica mantendo uma modicidade tarifaria fictícia e inadequada à realidade brasileira, tudo com vistas a um plano de manutenção no poder que do qual dependeria o resultado das eleições de 2014. Os sinais de fragilidade da economia já eram conhecidos por ocasião da eleição de 2014, prova de tal alegação foi a noticia vinculada em toda a imprensa meses antes da eleição, ocasião em que a analista financeira do Banco Santander, Sinara Polycarpo Figueiredo, demitida após alertar seus clientes que o resultado eleitoral favorável ao Partido dos Trabalhadores e sua coalisão resultaria em significativa piora da já cambaleante condição econômica do Brasil.

Com os números negativos da econômica, necessidade de restabelecimento da realidade tarifária, déficit nas contas públicas e instabilidade na relação com investidores o poder executivo viu-se na condição limite de ter que readequar sua política economia a nova

realidade que se impôs. Foi quando chegou ao Ministério da Fazenda Joaquim Viera Ferreira Levy, cuja reputação de homem de mercado, doutor pela Universidade de Chicago sinalizava para o mercado que os dias de populismo e irresponsabilidade econômica haviam chegado ao fim. Assim, o governo de aparente ideologia desenvolvimentista, de orientação estatista populista curvava-se a inquestionável realidade de controle de gastos públicos e responsabilidade fiscal.

Ocorre que em um Estado com viés populista, marcado pela forte influencia de forças políticas que não tem compromisso com o longo prazo, mas sim com a próxima eleição, um ministro que prega a responsabilidade fiscal com a contenção de gastos públicos não teria qualquer chance de êxito. Foi assim que ao final de 2015 Joaquim Levy foi substituído por Nelson Barbosa, cujo pós-doutorado realizado pela New School for Social Research de Nova Iorque o define como adepto da escola desenvolvimentista, da qual se espera maior participação do Estado no fomento de políticas públicas que levam a realização de gastos pelo governo.

O custo de adiar a solução para um problema é no mais das vezes aumentar o próprio problema. Com a mudança no comando do Ministério da Fazenda o Governo Federal volta a sua matriz econômica de origem, voltada à intervenção estatal que pressupõe gastos com impacto direto no equilíbrio fiscal.

Na cultura popular contemporânea existe a mítica figura do chamado “the 27 club”. Trata-se de grandes estrelas da música que aparentemente optaram por praticar o ditado segundo o qual é “preferível viver dez anos a mil a viver mil anos a dez”. Assim fez o governo Federal com sua nova matriz econômica. Gastou tudo que tinha em um curto período como se não houvesse amanha. Ocorre que o amanha chegou antes do que eles imaginavam e com ele uma alta conta a ser paga por todos os brasileiros. Nos últimos dois anos o Brasil regrediu aproximadamente vinte em conquistas sociais, políticas públicas de fomento ao ingresso nas universidades e políticas afirmativas de distribuição de renda, o quadro atual remete a leitura do Brasil feita por Ulrich Beck em que “un país semiindustrializado como Brasil, los trabajadores dependientes com empleo a tempo completo representan sólo uma minoria respecto a la gran massa de los economicamente activos. La mayoria vive em unas condiciones laborales precárias. Abundan los vendedores ambulantes, los pequenõs comerciantes y los pequenos artesanos, que se ofrecen como assistentes domésticos de toda suete, o los nômadas laborales que se mueven entre los campos de actividad más variados”.

(Beck, 1999:9). Tudo porque o *status quo* no poder não teve o bom senso de admitir o reajuste de rumo no momento oportuno. A referencia aqui é quando o necessário ajuste fiscal e o abandono à modicidade tarifária ficta exercida durante o segundo governo Lula da Silva e o primeiro governo Dilma Rousseff.

Martin Wassel ao analisar o que chama de erro da experiência desenvolvimentista das ultimas décadas aconselha " Não se engane nos preços!" Quase todos os desastres originaram-se do recurso generalizado à administração "política" de preços, principalmente através da manutenção artificial de taxas de cambio demasiadamente altas, e de preços (especialmente de produtos agrícolas) demasiadamente baixos, racionando o crédito a taxas de juros reais negativas, e sujeitando a importações de artigos de luxo e tarifas proibitivas altas (Wassel, 1987: XI).

De tudo que se observa é possível concluir que o desenvolvimentismo populista sem lastro inaugurado pelo Governo do Partido dos Trabalhadores acreditou no mito do proletário herói que segundo a professora Katia Mendonça tem nas lições de Proudhon, Bakunin, Marx e principalmente Antonio Gramsci sua base ideológica. Associados ao partido politico responsável por desperta e organizar a vontade coletiva, incorporando os elementos passionais e místicos nela existentes. Gramsci faz uma leitura de O príncipe de Maquiavel como exemplificação histórica do mito soreliano, como símbolo de um condottiero ideal, partido que surge desse modo, como a organização acaba de levar adiante a vontade coletiva. O carisma do condottiero individual submetido ao sendo crítico cedera lugar (excetuando-se em situação de grande perigo iminente, segundo Gramsci) a liderança coletiva do partido (Mendonça, 2002: 269).

Em uma sociedade de imagens que substituem as coisas e relações essenciais. As imagens se tornam, desse modo, ilusórias ancoras de salvação de indivíduos alienados vivenciando uma realidade onde o mundo público se desvanece e o mundo íntimo apresenta-se profundamente angustiado e vazio. A-histórico, o presente retificado em imagens concede a força exterior do herói a ação demiúrgica de criar e fazer a historia para consciências alienadas. (ibid : 285).

Ao contrário do que sugere o discurso oficial plantado no Brasil desde a Ascenção ao poder dos ideólogos do Partido dos Trabalhadores o desenvolvimento de um Estado não se faz em salto evolutivo. Dentro de um contexto no qual o processo de crescimento pode ser melhor descrito como sendo um processo de transformação, os chamados economistas históricos

tenderam desenvolver teorias de estágios do crescimento pelos quais a economia de qualquer sociedade deveria necessariamente passar. (Milone, 2002:513).

CLARK enfatizou o domínio de diferentes setores da economia em diferentes estágios do seu desenvolvimento e modernização. Para CLARK, desenvolvimento é um processo de domínio sucessivo do setor de produção primário, (agricultura), seguido do setor de produção secundário (manufatura) e por fim, do setor de produção terciário, (comercio e serviço). Em sua analise, o crescimento econômico inicia-se no período que se estende entre o domínio dos setores primário e secundário de produção. (Clark apud Milone, 2002:513).

ROSTOW baseia sua teoria de estágios de crescimento em observações históricas dos países desenvolvidos que, segundo o autor, apresentam considerável grau de uniformidade no processo de desenvolvimento. Ele identifica cinco estágios por meio dos quais toda sociedade devera passar ao longo do crescimento econômico, a saber: sociedade tradicional, pré-requisito para o *take-off*, do *take-off* ao crescimento autossustentável e direção a maturidade e idade do consumo de massa. Na analise d Rostow o crescimento econômico começa em algum ponto situado entre o estagio do take-off e do estagio de maturidade da sociedade. (Rostow apud Milone, 2002: 513).

O aspecto fundamental é que desenvolvimento econômico não pode ser analisado, somente, por meio de indicadores que medem o crescimento do produto ou do produto per capital. Desenvolvimento deve ser complementado por índices que representem, ainda que de forma incompleta, a qualidade de vida dos indivíduos. Deste modo, devemos ter um conjunto de medidas que reflitam alterações econômicas sociais, políticas e institucionais, tais como: renda per capita, expectativa de vida, mortalidade infantil, fertilidade, educação, analfabetismo, distribuição de renda entre diferentes classes e setores centralização da atividade econômica, poder politico entre outros (Milone, 2002: 515).

Para os críticos do liberalismo econômico e adeptos do desenvolvimentismo estatista ou simplesmente populismo impossível admitir que a nova matriz econômica implantada desde o início dos anos dois mil estava equivocada sob o ponto de vista dos demasiados gastos públicos e a manutenção de tarifas publicas de forma irreal, superficiais com o proposito de fazer valer a ideologia do proletário ou do pais de classe média, conquistas imediatas reivindicadas pela coalisão de partidos lideradas pelo Partido dos Trabalhadores, conquistas estas que hoje se sabe superficiais e insustentáveis, agregando a sociedade danos de longo prazo e retrocessos sociais que rompem em definitivo com a ideia matriz de

desenvolvimento econômico “sustentado”.

Ao analisar a premência de aperfeiçoamento econômico Ludwig Von Mises decifra o código que leva a ilusão da sociedade de consumo em relação ao que chama de falsas ideologias que favorecem políticas que são contrárias aos seus próprios e muito bem compreendidos interesses vitais. Incapazes de enxergar as inevitáveis consequências a longo prazo de sua conduta, comprazem-se com seus efeitos passageiros, a curto prazo. Defendem medidas que com certeza resultarão no empobrecimento geral, na desintegração da cooperação social sob o princípio da divisão do trabalho e num retorno a barbárie. (Mises, 2013:32).

Mises afirma que existe apenas uma maneira exequível de se melhorar as condições materiais da humanidade: acelerar o crescimento do capital acumulado em oposição ao crescimento da população. Quando maior for à soma de capital investido por trabalhador, mais e melhores mercadorias poderão ser produzidas e consumidas. Isto é o que o capitalismo, o mais injuriado sistema econômico realizou e realizada de novo todos os dias. Não obstante, a maioria dos atuais governos e partidos políticos procura sofregamente destruir este sistema. (Ibid:32).

Ao analisar o dirigismo desenvolvimentista Deepak Lal apresentar alguns elementos identificadores ou simplesmente crenças como prefere o professor da Universidade da Califórnia. Trata-se da crença de que o mecanismo de preço ou funcionamento de uma economia de mercado precisam ser suplantados e não simplesmente suplementados por diversas formas de controle governamental direto, tanto nacional como internacional, para promover o desenvolvimento econômico. A crença de que a preocupação tradicional da microeconomia ortodoxa com a alocação de recursos existentes (embora mutáveis) é, na melhor das hipóteses, de importância secundaria na elaboração das políticas governamentais. Considera-se que a tarefa essencial dos governos é planejar e implementar uma “estratégia para um crescimento rápido e justo, que atribui a maior importância a agregados contábeis macroeconômicos tais como poupança, balanço de pagamentos e equilíbrio relativo entre “setores” frouxamente definidos, como “indústria” e “agricultura”. A terceira crença seria relacionada ao ceticismo quanto ao clássico argumento liberal, no século XIX, do livre comércio não é valido para os países em desenvolvimento e, assim, as restrições governamentais ao comercio e aos pagamentos internacionais são necessárias para o desenvolvimento. Por fim, acredita-se que, para aliviar a pobreza e melhorar a distribuição

interna de renda, fa-ze necessária uma intervenção governamental maciça e continuada, a fim de redistribuir os haveres e manipular os retornos para diferentes tipos de trabalho e capital por meio não só de controles amplamente difundidos de preços e se possível de salários, mas também de controles que influenciam a composição das mercadorias produzidas e importadas, de tal modo que os recursos escassos sejam utilizados para atender às chamadas "necessidades básicas" dos pobres e não às "carências" supérfluas dos ricos. (Lal, 1987: 7).

Em oposição as posições dirigismo dogmático Deepak Lal entende que muito embora a busca pelo crescimento rápido se ajuste como solução para a pobreza do terceiro mundo possa ser considerável louvável pelos que defendem políticas desenvolvimentistas, os meios propostos são de mérito duvidosos, não se esta a defender o laissez-faire, mas sim um equilíbrio entre a forma e a extensão da intervenção governamental e não sua completa ausência. (LAL. 1987: 8).

O Fato indelével decorrente do controle dos preços controlados, verdadeiro populismo tarifário, é que uma vez liberados para que atinjam seus níveis reais refletem diretamente nos índices de inflação oficial repercutindo no endividamento do Estado. Quanto do início do governo Fernando Henrique Cardoso a divida interna atingia 25% do PIB, graças a fatores variados como as taxas de juros internas e externas e a assunção de "esqueletos", foram entregue ao governo Lula em 45% do PIB (Dupas, 2008:16). Decorridos os anos gloriosos e diversas eleições o comprometimento do PIB em 2015 atingiu 63% segundo informação disponibilizada pelo Banco Central, podendo chegar em curto espaço de tempo à 70% conforme analistas de mercado e Instituição Financeiras de grande envergadura que podem ser facilmente consultadas em busca pela rede mundial de computadores.

Se possível fosse observar todo o panorama do desenvolvimento econômico brasileiro dos últimos 50 anos é possível concordar com aqueles que defendem que o Brasil apresentou surtos de crescimento em curtos espasmos entre duas crises (Dupas. 2008:88).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma política de governo afastada das reais necessidades do Estado brasileiro permitiram que uma vez instalado no poder, a aliança liderada pelo Partido dos Trabalhadores operassem o que parecia impossível, retroceder nos campos econômicos e sociais aos níveis de um Brasil pós ditatura. Enquanto nações como Coreia do Sul e Chile experimentam vigoroso crescimento econômico e social, o Brasil caminha pela pantanosa estrada do dirigismo populista, do controle inadequado de preços controlados que em última análise levou o País ao estado de coisas que nos encontramos. Dados divulgados pelo Banco Central em janeiro de 2016 dão conta de uma inflação oficial de 10,67% para o ano de 2015, sendo certo que significativa parcela do índice foi alimentada pela manutenção de preços controlados como energia elétrica e combustíveis em níveis irreais, ou seja, abaixo da realidade de mercado internacional no caso dos hidrocarbonetos e distante da realidade de produção e da indústria no caso da energia elétrica.

Retomamos aqui o raciocínio que tentamos apresentar desde o início da nossa reflexão sobre o populismo tarifário. Em um País cuja própria história revela ausência de pluralidade, de dialogo com fontes verdadeiramente democráticas, com projetos de construção de nação soberana, cujo seu elemento formador mais relevante, seu povo, sempre foi tratado sem o necessário respeito observado nos Estados de tradição democrática, não se poderia esperar outro resultado senão a inercia diante de um projeto de poder perpetrado por uma força política populista, qual de um momento virtuoso na economia mundial, confabulou para buscar a perpetuação no poder.

É certo que o Brasil deverá superar a crise econômica e com alguma sorte os equívocos da atual matriz desenvolvimentista. Há porem, se que indagar se aprendemos com os erros do passado, se estamos prontos a assumir nossas responsabilidades e romper com a equivocada noção de que é do Estado tudo proverá.

Afirmação atribuída ao escritor estadunidense Carnegie de que “hoje é o amanhã que ontem você esperava”. Para que o Brasil encontre o equilíbrio entre o desenvolvimento social, econômico e o livre mercado devemos nos separar em definitivo da ideologia salvacionista e estatista e sob todas as formas populistas, a razão para tal afirmação é quase tão simples como a certeza do fim da vida terrena, o populismo restou vencido pela história.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira: Revista do Tribunal Regional Federal da 4ª Região . Porto Alegre, a. 24, n. 82;

GOMES, Laurentino. 1889: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil – 1. Ed. – São Paulo: Globo, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, STALING, Loisa Murgel. BRASIL: uma biografia – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Obra citada Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, "Transformações econômicas no período militar (1964-1985).

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Globalização e as ciências sociais. 2. Ed. – São Paulo – ed. Cortez, 2002.

MANUAL DE ECONOMIA: Equipe de Professores da USP. Juarez Alexandre Baldini Rizzieri outros. Ed. São Paulo: Saraiva 2002.

Ob cit. COLIN CLARK, "the condition of econoic progress, London, Macmillan, 1940.

Ob. Cit. W.W. Rostow, the processo f economic growth, New York, Norton 1962, p..29-31

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval . ECONOMICA : micro e macro. Ed. Atlas. 6ª ed. 2011.

MENDONÇA, Katia. A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil. Ed. Topbooks. 2002.

BECK, Ulrich. Um nuevo mundo feliz: La precariedade del trabajo en la era de la globalizacion. Ed. Paidós. 2000.

MISES, Ludwig Von. A Mentalidade anticapitalista. Ed. Vide Editorial. 2013.

Fonte: The Economist. Brazil's fall. 02.01.2016.

Disponível em: http://www.economist.com/news/leaders/21684779-disaster-looms-latin-americas-biggest-economy-brazils-fall?zid=305&ah=417bd5664dc76da5d98af4f7a640fd8a

LAL, Deepak. A pobreza das teorias desenvolvimentistas. Instituto Liberal, 1987. Ob. Cit. Prefácio de Martin Wassel. 1983.

DUPAS, Gilberto (org.).Espaços para o crescimento sustentado da economia brasileiro /. Ed. Unesp. São Paulo. 2007.

FAUSTO, Boris. Historia do Brasil – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1997.